

Chegamos a mais um número da Revista de Administração Educacional (RAE). Como de costume, as pautas trazidas aqui relacionam-se diretamente aos objetivos de popularização do conhecimento científico no campo da Educação, sob a batuta da lucidez teórico-metodológica e do necessário estreitamento entre a universidade e as práticas educacionais, sejam elas formais ou não-formais existentes dentro e fora de nosso Brasil de dimensões continentais. Isso se concretiza, por entendermos que é apenas a partir das realidades educativas de onde podemos construir um saber científico com características não falaciosas de povo, de sujeitos e de sociedade.

Ao mesmo tempo em que há a popularização dos artigos completos aprovados para esta edição, o Brasil vive uma virada de chave no que toca aos rumos do Poder Executivo federal, em decorrência da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da República, pela terceira vez, de forma não consecutiva – algo inédito depois da redemocratização do país. De fato, o campo progressista se exuberou com essa vitória histórica. Entretanto, no que tange à Educação, é momento de estarmos vigilantes; atentos aos que o ano de 2023 reserva. Principalmente, frente às disputas entre os agentes que transitam no campo educativo, disputando o controle da máquina Estatal. É nesse âmago que essa coletânea de textos se assenta.

O primeiro artigo desse número, de autoria de *Mayara Vieira Rios, Camila Fialho de Oliveira, Nicholas Joseph Tavares da Cruz e Ibsen Mateus Bittencourt Santana Pinto*, traz como temática principal a evasão nos cursos de ensino superior no Brasil. Por meio de uma pesquisa de campo, realizada na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que envolveu docentes e discentes, os autores revelaram dados intrigantes sobre os percursos que o curso de Turismo da referida instituição vem tendo. Dentre os enfoques dados, estão o alto índice de evasão dos discentes, no período de 2013-2018, e as variáveis que propiciam o fenômeno. Logo, abordam o perfil de quem está e de quem não está sentado nos bancos universitários.

Tendo como foco a garantia do direito à Educação, os autores *Maria de Fátima Nascimento dos Reis, Bianca da Silva, José Almir do Nascimento e Amarildo Muniz Malvezzi* tentam problematizar como, no período da pandemia de Covid -19, se organizaram as secretarias municipais de Educação das cidades brasileiras. Para isso,



elegem a experiência normativa de uma cidade do interior Pernambucano: Petrolina. Uma vez que se tratou de pesquisa documental, 14 Instruções Normativas foram analisadas, com base no que é disposto na metodologia do Ciclo de Políticas. Os resultados encontrados são, no mínimo, pertinentes para a produção de materiais escritos condizentes ao contexto real do chão da escola.

O texto de *Danielle Christiane Tiefensee Cascaes e Douglas Paulesky Juliani*, os olhares se voltam à gestão de pessoas no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Traz os resultados de estudo realizado junto à 8 (oito) Institutos Federais de Educação, que objetivou compreender as formas de gestão de pessoas praticadas no âmbito deles. Leva em consideração o Levantamento Integrado de Governança e Gestão Pública do Tribunal de Contas da União (TCU), no intuito de perceber se há validação ou não dos resultados do referido Levantamento. O auferido da análise promete ser imprescindível para o entendimento dos sentidos de “boa prática na gestão de pessoas no serviço público federal”. Lê-lo é crucial.

Maria Valquíria de Vasconcelos Cordeiro e Andréia Ferreira da Silva enfatizam a vivacidade da pesquisa em Educação no estado da Paraíba, com um artigo sobre a gestão democrática das escolas públicas municipais. Lançando mão da realidade de São Vicente do Seridó/PB, apontam como se deu a institucionalização deste princípio nas escolas dessa importante cidade. Através de revisão bibliográfica, análise documental e de realização de entrevistas semiestruturadas junto a gestores e docentes, as pesquisadoras cobrem o período de 1989 a 2018. Logo, compreendem de forma historicamente situada os sentidos da política educacional para a democratização (ou não) da gestão das escolas e dos escolares. Para quem se interessa pela matéria: o texto é, ao mesmo tempo e nessa ordem, de tirar o fôlego e de dar mais vontade de respirar.

Enriquecendo esse número da RAE, com o retrato de uma realidade educativa para além das fronteiras brasileiras, temos o texto de *Rogério Filipe Mário e Anfibio Zacarias Huo*. Aqui, Maputo, capital de Moçambique, foi escolhida como realidade empírica a ser estudada. Objetivou-se analisar a influência da supervisão pedagógica na gestão de conflitos pedagógicos nas escolas secundárias, visando apontar alternativas condizentes com as noções de respeito, solidariedade e cooperação humanas. A leitura do artigo, sem dúvidas, nos faz repensar sobre qual a escola que almejamos para o tempo presente. E,



não obstante, qual o futuro das relações humanas nos sistemas de escolarização.

Os meandros avaliativos no âmbito do curso de Licenciatura em Física, do Instituto Federal de Pernambuco – *campus* Pesqueira é o tema central da pesquisa empreendida por *Thamyris Araújo de Moura* e *Andreza Maria de Lima*. As pesquisadoras se valem dos pressupostos teóricos de autores relevantes do campo educacional, para traçar uma análise sobre como se deram as práticas avaliativas da aprendizagem realizadas por docentes do referido curso no contexto do ensino remoto durante a pandemia de Covid-19. O esmiuçamento perspicaz das pesquisadoras da realidade pernambucana, possibilitou a comprovação de que, infelizmente, não houve adequação em direção à perspectiva processual das práticas avaliativas, mesmo mediante às condições impostas pela maior hecatombe sanitária do século XXI. Mas, longe de desesperançar, ao final elas apontam possíveis caminhos a serem percorridos no contexto da formação de professoras e professores, com vistas a um horizonte de avaliação calcado no respeito aos sujeitos aprendentes e aos contextos que lhes são próprios.

Depois desse prelúdio, o que me resta é desejar boa leitura a todas as pessoas que à RAE tiverem acesso!

Prof. Dr. Thiago Rodrigo Fernandes da Silva Santos
Centro de Educação/UFPE

